



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBIRA

## CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2020

### CARGO: **ADVOGADO** (NÍVEL SUPERIOR)

**Conhecimentos Específicos:** 1 a 15; **Conhecimentos Gerais:** 16 a 20;  
**Matemática:** 21 a 25; **Língua Portuguesa:** 26 a 30.

#### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 3 (Três) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

#### Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTOES DE 1 A 15 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos bens municipais, exclusivamente conforme a Lei Orgânica do Município de Cambira.

a) A cessão de imóvel público municipal para fundações da administração direta, por qualquer espaço de tempo, dependerá de autorização legislativa.

b) A cessão de uso de bens públicos entre órgãos da administração pública municipal depende de autorização legislativa, podendo ser feita mediante termo cadastral.

c) São bens públicos municipais todas as coisas, exceto as incorpóreas, sejam móveis, imóveis, semoventes, créditos, débitos, valores, direitos, ações e outros, que pertençam, a qualquer título, ao Município.

d) O Município, preferentemente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa e licitação, quando se tratar de concessionária de serviço público, entidades assistenciais.

2. Sobre o regime disciplinar a que se submete o servidor público municipal, conforme o estatuto do servidor de Cambira, é INCORRETO afirmar que:

a) Verificada em processo administrativo a acumulação proibida e provada a boa fé, o funcionário optará por um dos cargos; se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, será exonerado de qualquer deles, a critério do Prefeito Municipal.

b) A responsabilidade civil do servidor resulta de atos ou omissões que contravenham o regular cumprimento dos deveres, atribuições e responsabilidades que as leis e os regulamentos cometam ao funcionário.

c) São penas disciplinares na ordem crescente de gravidade: I - advertência verbal; II - repreensão; III - multa; IV - suspensão; V - demissão; VI - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

d) A pena de suspensão, que não excederá 60 (sessenta) dias, será aplicada nos casos de falta grave ou de reincidência.

3. Com base no plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Cambira, assinale a alternativa CORRETA.

a) As funções gratificadas destinam-se aos servidores comissionados.

b) Os cargos comissionados serão ocupados exclusivamente por não ocupantes de cargo efetivo.

c) A apresentação de diploma de conclusão de curso de mestrado ou doutorado acarreta a progressão por merecimento na carreira, mediante o avanço de um e dois níveis, respectivamente.

d) Os cargos de assistente legislativo serão extintos à medida que vagarem.

4. Tendo em vista a Constituição da República de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre as liberdades públicas, assinale a alternativa CORRETA.

a) Apesar da garantia constitucional da liberdade de expressão, livre de censura ou licença, a própria Carta de 1988 conferiu à União e aos Estados-membros, com exclusividade, o desempenho da atividade material de “exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão”

b) São irregulamentáveis os bens de personalidade que se põem como o próprio conteúdo ou substrato da liberdade de informação jornalística, por se tratar de bens jurídicos que têm na própria interdição da prévia interferência do Estado o seu modo natural, cabal e ininterrupto de incidir.

c) A atividade de músico é manifestação artística protegida pela garantia da liberdade de expressão, sendo, contudo, compatível com a CF de 1988 a exigência de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, bem como de pagamento de anuidade, para o exercício de tal profissão.

d) Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da propriedade e da liberdade individuais e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade.

5. Com base nas regras em vigor a respeito da previdência social, conforme as alterações efetuadas pela “Reforma da Previdência” - Emenda Constitucional 103/2019 -, é CORRETO afirmar que:

a) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

b) Lei complementar poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado.

c) Lei complementar instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

d) Lei ordinária estabelecerá vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários.

---

6. Assinale, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na Constituição da República, a alternativa que NÃO indica competência legislativa dos Municípios.

a) Legislar a respeito do tempo máximo de espera de clientes em filas de estabelecimentos empresariais.

b) Legislar sobre a proibição à conferência de mercadorias realizada na saída de estabelecimentos comerciais localizados na cidade.

c) Legislar sobre meio ambiente e controle da poluição, quando se tratar de interesse local.

d) Legislar sobre trânsito e transporte, e impor sanções mais gravosas que as previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

---

7. Assinale abaixo a alternativa que indica hipótese de dispensa de licitação, conforme a Lei 8.666/93.

a) Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

b) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

c) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

d) Fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, alternativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

8. A respeito da desapropriação indireta, conforme a doutrina e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:

a) Não se imputa ao Poder Público a responsabilidade integral por alegada desapropriação indireta quando, em gleba cuja ocupação por terceiros apresenta situação consolidada e irreversível, limita-se a realizar serviços públicos de infraestrutura, sem que tenha decorrido para o esbulho ocasionado exclusivamente por particulares.

b) A jurisprudência conferiu a essa ação indenizatória caráter de direito real, equiparando seu prazo prescricional ao da ocorrência de usucapião em favor do ente público.

c) Em regra, o prazo prescricional das ações indenizatórias por desapropriação indireta é decenal.

d) O conceito de desapropriação indireta retrata situação fática em que a Administração, ainda que movida por título legítimo, ocupa a propriedade privada, incorporando de forma irreversível e plena o bem particular ao patrimônio público, restando ao esbulhado apenas a ação indenizatória.

---

9. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (DL 4657/42) sofreu, em 2018, alterações legislativas que introduziram disposições relativas à segurança jurídica e à eficiência na criação e aplicação do direito público. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão e a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem embargo de prejuízos aos direitos dos administrados.

c) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo legal objetivamente determinado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

d) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, exceto nos casos de dolo ou erro grosseiro.

10. Tendo em vistas as disposições gerais do Código Civil a respeito dos contratos em geral, assinale a alternativa CORRETA.

a) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi aceita a proposta.

b) Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando este o não executar, de modo que subsistirá essa responsabilidade ainda que o terceiro seja cônjuge do promitente, dependendo da sua anuência o ato a ser praticado, e desde que, pelo regime do casamento, a indenização, de algum modo, venha a recair sobre os seus bens.

c) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública. Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se soube do risco da evicção, ou, dele informado, assumiu.

d) Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato. A alienação aleatória poderá ser anulada como dolosa pelo prejudicado, se provar que o outro contratante não ignorava a consumação do risco, a que no contrato se considerava exposta a coisa.

---

11. O Código de Processo Civil prevê hipóteses em que a sentença só produz efeito após confirmada pelo tribunal. Trata-se da remessa necessária. Com base exclusivamente no que dispõe o diploma processual civil, é CORRETO afirmar que:

a) Aplica-se a remessa necessária ainda que a sentença esteja firmada acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.

b) A sentença que julgar os embargos à execução fiscal, submete-se ao duplo grau de jurisdição, somente no caso de procedência total dos pedidos do embargante.

c) Nas sentenças sujeitas ao duplo grau de jurisdição, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á e o tribunal julgará a remessa necessária.

d) Não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos para os Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.

12. No que diz respeito aos embargos de divergência, conforme o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

a) É embargável o acórdão do plenário do Superior Tribunal de Justiça que, em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.

b) Não cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, ainda que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

c) No recurso de embargos de divergência, será observado o procedimento estabelecido no regimento interno do respectivo tribunal superior e a interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça suspende o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

d) A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se na aplicação do direito material ou do direito processual.

---

13. A taxa é um tributo vinculado e de competência comum de todos os entes federativos. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que haja integral identidade entre uma base e outra.

b) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

c) É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.

d) A prestação de serviços públicos *uti universi* ou *uti singuli* podem ser fatos geradores de taxas.

---

14. Assinale a alternativa CORRETA, conforme o Código Tributário Nacional.

a) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, ainda que a lei os declare absolutamente impenhoráveis.

b) Na falência, o crédito tributário não prefere o crédito das instituições financeiras garantidos por hipoteca, no limite do valor do bem gravado.

c) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, ainda que não regularmente inscrito como dívida ativa.

d) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, exclusivamente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

---

15. Com base na Constituição da República de 1988, no que diz respeito ao orçamento público, assinale a alternativa CORRETA.

a) A Comissão mista permanente de senadores e deputados destinada a apreciar pareceres sobre projetos de leis orçamentárias, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

b) As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual não poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios.

c) A vedação constitucional a vinculação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa alcança as taxas.

d) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos dois meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

---

### QUESTÕES DE 16 A 20 - CONHECIMENTOS GERAIS

16. Desde que Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, foram editadas pelo governo federal diversas medidas provisórias, algumas das quais foram transformadas em leis. Marque a alternativa que NÃO indica uma dessas medidas.

a) Criação de novas modalidades de saque do FGTS.

b) Criação de regras para coibir fraudes nos benefícios do INSS.

c) Proibição para a venda de bens apreendidos de traficantes de drogas.

d) Desburocratização e simplificação de processos para empresas e empreendedores.

17. No início deste ano, a Organização Mundial da Saúde atribuiu o nome COVID-19 a uma doença provocada por um novo coronavírus. A respeito desse assunto, marque a afirmativa INCORRETA.

a) Os sintomas da doença incluem febre, tosse, falta de ar e cansaço, podendo evoluir para pneumonia grave.

b) O vírus foi identificado pela primeira vez em humanos no final do ano passado, na cidade chinesa de Wuhan.

c) O nome atribuído à doença provém das palavras “corona”, “vírus” e “doença”, com indicação do ano em que surgiu.

d) Infecções por coronavírus estão associadas principalmente ao sistema digestivo, podendo ser semelhantes a uma úlcera comum.

---

18. Na última edição do Oscar, concorreu na categoria de Melhor Documentário o longa-metragem brasileiro “Democracia em Vertigem”, dirigido pela cineasta Petra Costa. A este respeito, marque a alternativa que NÃO indica um filme brasileiro indicado ao Oscar em edições anteriores.

a) “O Quatrilho”, na categoria de Melhor Filme Estrangeiro.

b) “Cidade de Deus”, na categoria de Melhor Roteiro Adaptado.

c) “Lula, o Filho do Brasil”, na categoria Melhor Documentário.

d) “O Que é Isso, Companheiro?”, na categoria de Melhor Filme Estrangeiro.

---

19. Considere a matéria jornalística a seguir, a respeito de uma situação recente nas relações internacionais, e marque a alternativa que indica o nome que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“Após dezoito anos no \_\_\_\_\_, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, negocia a retirada das tropas americanas do país. A ofensiva militar começou logo após os atentados do 11 de setembro de 2011, para caçar a Al-Qaeda e tirar os talibãs do poder e custou aos Estados Unidos mais de dois mil homens e três trilhões de dólares. Apesar dos valores, a missão teve poucos resultados além da eliminação de Osama Bin Laden. Donald Trump exige, antes de deixar o país, o aumento do poder do presidente, Ashraf Ghani. Mas os talibãs recusam, porque o consideram corrupto e ilegítimo”.*

*(Portal RFI, 27/12/19, com adaptações).*

a) Irã.

b) Egito.

c) Líbano.

d) Afeganistão.

20. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa INCORRETA em relação à adoção.

- a) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- b) A adoção será deferida independentemente de apresentar ou não reais vantagens para o adotando, ou de fundar-se ou não em motivos legítimos.
- c) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- d) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

### QUESTÕES DE 21 A 25 - MATEMÁTICA

21. Em uma sala de aula, foram distribuídos três selos para cada menina e dois selos para cada menino. Sabendo que foram distribuídos 54 selos e que, ao todo, a sala possui 21 estudantes, quantos são os meninos dessa sala?

- a) 2.
- b) 7.
- c) 9.
- d) 12.

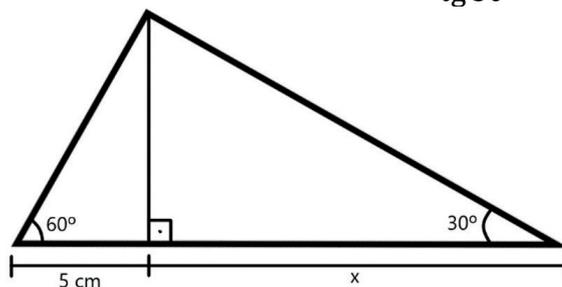
22. Uma empresa vende um serviço a R\$40,00 e possui um gasto operacional fixo de R\$800,00 por mês. Sendo assim, qual a função que representa o lucro  $L$  dessa empresa em função da quantidade  $x$  de serviços vendidos por mês?

- a)  $L(x) = 40,00 \cdot x - 800,00$
- b)  $L(x) = 800,00 \cdot x + 800,00$
- c)  $L(x) = 40,00 \cdot x + 800,00$
- d)  $L(x) = 800,00 \cdot x - 40,00$

23. Quantos gramas equivalem a uma tonelada e meia?

- a) 15000 g.
- b) 1500000 g.
- c) 150000000 g.
- d) 15000000000 g.

24. Sabendo que  $\sin 30^\circ = \cos 60^\circ = 0,5$ , que  $\sin 60^\circ = \cos 30^\circ = 0,87$  e que  $\operatorname{tg} 60^\circ = \frac{1}{\operatorname{tg} 30^\circ} = \sqrt{3}$ , qual o valor de  $x$  no triângulo abaixo?



- a) 8,5 cm.
- b) 10 cm.
- c) 15 cm.
- d) 17 cm.

25. Em quanto tempo uma dívida, se aplicada um juro simples de 4% ao dia, dobra de valor?

- a) 12 meses.
- b) 20 meses.
- c) 25 meses.
- d) 40 meses.

### QUESTÕES DE 26 A 30 - LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o trecho a seguir, extraído de uma representação escrita por José Bonifácio à Assembleia Constituinte do Império, em 1823, para responder às próximas questões.

*“Quando verdadeiros cristãos e filantropos levantaram a voz pela primeira vez em Inglaterra contra o tráfico de escravos africanos, houve muita gente interessada ou preocupada, que gritou ser impossível ou impolítica semelhante abolição porque as colônias britânicas não podiam escusar um tal comércio sem uma total destruição; todavia, passou o ato governamental, e não se arruinaram as colônias. E por que os brasileiros somente continuarão a ser surdos aos gritos da razão, e da religião cristã, e direi mais, da honra e brio nacional? Pois somos a única nação de sangue europeu que ainda comercia clara e publicamente escravos africanos. Graças aos Céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente. Mas, como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos? É tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes”.*

(Trecho com adaptações)

26. Em relação à interpretação do texto, pode-se afirmar que o seu autor:

- a) assegura que a escravidão africana nunca trouxe benefícios a ninguém, nem no Brasil, e nem fora dele.
- b) conclama o Brasil a ser um pioneiro, entre os países de “sangue europeu”, na abolição da escravatura.
- c) enfatiza a contradição que haveria no Brasil se coexistissem liberalismo político e escravidão africana.
- d) relembra que o fim do comércio de escravos foi um dos responsáveis pelo colapso do Império britânico.

27. Em sua representação, José Bonifácio afirma que “passou o ato governamental, e não se arruinaram as colônias”. Em relação a esse trecho, pode-se afirmar que é composto por:

- a) duas orações, ambas com sujeitos compostos.
- b) uma só oração, formada por um sujeito simples.
- c) duas orações, cada uma delas com um sujeito simples.
- d) uma só oração, caracterizada por um sujeito composto.

28. Em sua argumentação, o autor do texto alerta que os brasileiros corriam o risco de continuarem a ser surdos “aos gritos da razão”. Nesse trecho, o autor emprega uma figura de linguagem, que é:

- a) a ironia .
- b) a gradação.
- c) o eufemismo.
- d) a personificação.

29. Em uma referência à Independência do Brasil, José Bonifácio afirma que ela terá ocorrido “graças aos Céus, e à nossa posição geográfica”. Em relação ao uso da inicial maiúscula na grafia do termo “Céus”, pode-se afirmar que estaria:

- a) em desacordo com o Novo Acordo Ortográfico, que prevê normas inflexíveis sobre o assunto.
- b) de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, pois se trata de um antropônimo, ainda que fictício.
- c) em desacordo com o Novo Acordo Ortográfico, pois este uso é privativo para antropônimos e topônimos.
- d) de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, que prevê o uso opcional de maiúscula inicial em palavras usadas reverencialmente.

30. Em sua representação à Assembleia Constituinte, José Bonifácio argumentava que a extinção total da escravidão no Brasil deveria ocorrer:

- a) imediatamente.
- b) paulatinamente.
- c) apressadamente.
- d) instantaneamente.

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30